

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL
FACULDADE DE PEDAGOGIA

EDLENE MODESTO DE OLIVEIRA

**PEDAGOGIA, MÚSICA E AUTISMO: uma análise sobre a literatura
pertinente a educação musical e inclusão de pessoas autistas**

CASTANHAL
NOVEMBRO /2019

EDLENE MODESTO DE OLIVEIRA

**PEDAGOGIA, MÚSICA E AUTISMO: uma análise sobre a literatura
pertinente a educação musical e inclusão de pessoas autistas**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à disciplina a Faculdade de
Pedagogia da Universidade Federal do Pará
– Campus Universitário de Castanhal como
requisito parcial para obtenção do grau de
Licenciada Plena em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Francisco V. dos Santos
Anjos

CASTANHAL

NOVEMBRO /2019

Agradecimentos

Primeiramente agradeço a Deus, por sempre estar comigo, por me dar o folego de vida todos os dias, por me dar saúde, força e sabedoria, sem nunca me deixar desistir. É o ser que me guia e me encoraja a prosseguir.

Agradeço também a minha mãe que me amparou em seu colo quando o mundo pareceu desmoronar sobre minha cabeça. Que me incentivou a entrar na Universidade, que sempre enxugou as minhas lágrimas e me tranquilizou, quando eu me sentia incapaz, ou quando eu achava que nada iria dar certo. Muito obrigada mãe. Se cheguei até aqui é porque a senhora nunca desistiu de mim. Obrigada também a minha irmã, que acompanhou toda a minha caminhada, e neste final foi muito importante para mim, mesmo não conversando muito, o seu olhar me passava segurança. Estou aqui por elas.

A minha família, em especial as minhas tias, Eufrasia e Isabel, que no início da minha trajetória acadêmica me auxiliaram muito financeiramente, sem elas talvez eu não teria conseguido continuar o curso. As minhas primas Sara e Abilene, que sempre foram como irmãs para mim, elas tinham sempre as palavras certas, o abraço e o sorriso certo, sei que nossa amizade vai durar por toda a vida. Aos meus avós, Dona Nina e Seu Abílio, que também sempre confiaram e oraram por mim. E Nos momentos mais difíceis estiveram comigo.

Um agradecimento especial também a alguns amigos. A Paula, uma amiga que a pedagogia me deu, aquela que me viu chorar, esteve comigo quando eu quase desisti, e não me deixou desistir. Nós sabemos o que passamos, e o tanto que choramos, mas sempre tivemos uma a outra, quero levar essa amizade para sempre. Agradeço também ao Iago, que foi quem me incentivou a fazer esse curso, e que por mais que a rotina nos impeça de estar mais perto, sempre que preciso, ele se faz presente. Um outro amigo é o Benildo, infelizmente hoje estamos distantes, mais durante esses quatro anos e meio ele me ajudou muito, em muitos momentos.

Por fim agradeço especialmente ao meu orientador Francisco Valdinei dos Santos Anjos, que não mediu esforços para me ajudar, não só a mim, mas todos que o cercam. Na verdade, nos faltam até palavras para descrevê-lo, pois o mesmo é um professor maravilhoso, é acima de tudo humano, compreende que temos nossas limitações, porém não nos deixa focar nelas e nos incentiva a alçar voos altos. Não sei o que seria dessa pesquisa sem a sua ajuda, muitíssimo obrigada.

RESUMO: Este trabalho apresenta resultados de uma pesquisa bibliográfica que teve como objetivo investigar a relação entre Educação Musical e o Transtorno do Espectro Autista (TEA) em publicações realizadas nos portais da ANPED, ANPED NORTE, Capes, SciELO, EDUCERE, Fórum Internacional de Pedagogia (FIPED), Revista Brasileira de Educação (RBE) e Revista Música Hodie, de 2014 a 2018. A pesquisa bibliográfica (SEVERINO, 2007) resultou no mapeamento de 30 textos referentes à temática estudada, os quais foram analisados por meio da pesquisa qualitativa (LÜDKE; ANDRÉ, 1986 e BOGDAN; BIKLEN, 1999). Apresentamos primeiramente os resultados do mapeamento, quais instituições publicaram sobre a temática, quais foram os autores, as metodologias utilizadas por eles e quais áreas de conhecimento têm embasado compreensões sobre o tema. Posteriormente, apresentamos um breve panorama do que é o Transtorno do Espectro Autista (TEA), ancorado na legislação brasileira, o histórico e a caracterização do mesmo. Abordamos também sobre a importância da música e os documentos curriculares que baseiam a educação musical no cenário brasileiro. E, por fim, analisamos os artigos encontrados e discutimos como estão as publicações na área e qual a importância da música para o desenvolvimento de pessoas autistas. Concluímos que a díade Educação Musical e Autismo ainda necessita de maior atenção por parte da comunidade acadêmica, pois ainda existem poucas publicações na área, e é necessário que as pesquisas aumentem, a fim de possibilitar maiores oportunidades de educação musical aos indivíduos com TEA. No entanto, apesar das poucas pesquisas na área, foi possível diagnosticar, por meio das publicações encontradas, que a música em relação ao tratamento de pessoas autistas tem muitos benefícios, dentre eles destacam-se, a melhora do relacionamento interpessoal e a aquisição da confiança verbal e vocal. Pois, como sabemos, a área social-afetiva e a fala são um dos problemas que a maioria dos indivíduos autistas apresentam.

Palavras-chave: Autismo. Música. Produção do conhecimento científico.

ABSTRACT: This article presents the results of a bibliographic research which aimed to investigate the relationship between Music Education and Autistic Spectrum Disorder (ASD) published in the portals of ANPED, ANPED NORTE, Capes, SciELO, EDUCERE, Fórum Internacional de Pedagogia (FIPED), Revista Brasileira de Educação (RBE) and Revista Música Hodie, from 2014 to 2018. The bibliographical research (SEVERINO, 2017) resulted in the mapping of 30 texts referring to the subject studied, which were analyzed through qualitative research (LÜDKE; ANDRÉ, 1986 e BOGDAN; BIKLEN, 1999). First we present the results of the mapping, which institutions published on the subject, who were the authors, the methodologies used by them and which areas of knowledge have supported the understanding of the subject. Subsequently, we present a brief overview of what is Autism Spectrum Disorder (ASD), anchored in Brazilian law, the history and characterization of the same. We also discuss the importance of music and the curricular documents that base musical education on the Brazilian scene. Finally, we analyzed the articles found and we discuss how the publications in the area are and what is the importance of music for the development of autistic people. We conclude that the dyad Musical Education and Autism still needs more attention on the part of the academic Community, because there are still few publications in the area, and research needs to increase, in order to provide greater opportunities for musical education to individuals with ASD. However, despite the few researches in the area, it was possible to diagnose, through the publications found, that music in relation to the treatment of autistic people has many benefits, among them stand out, the improvement of the interpersonal relationship and the acquisition of verbal and vocal confidence. For, as we know, the social-affective área and speech are one of the problems that most autistic individuals present.

Keywords: Autism. Music. Production of scientific knowledge.

SUMÁRIO

SEÇÃO I – INTRODUÇÃO.....	09
1.1 – Problema.....	10
1.2 – Objetivos.....	10
1.3 – Justificativa.....	11
1.4 – Metodologia.....	12
1.4.1 – Abordagem: Qualitativa.....	12
1.4.2 – Tipo de Estudo: Bibliográfico.....	13
1.4.3 – Técnica de produção de dados: Estado da arte.....	13
1.4.4 – Técnica de análise: de Conteúdo.....	14
SEÇÃO II – Corpus de análise resultante da pesquisa bibliográfica.....	15
2.1– Artigos Científicos de Revistas Qualis A1, A2, B1 e B2.....	15
2.2 – Resumos expandidos de Eventos Qualificados.....	19
2.2.1 – Anped.....	19
2.2.2 – Anped Norte.....	20
2.2.3 – Educere.....	22
2.2.4 – Fórum Internacional de Pedagogia (FIPED).....	31
2.3 – Dissertações e Teses de Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu.....	33
SEÇÃO III – REVISÃO DA LITERATURA COMO PONTO DE PARTIDA.....	46
3.1 – Conhecendo o Autismo.....	46

3.2 – Música: Algumas definições	47
3.3 – A música no contexto escolar: O que dizem os documentos curriculares	48
SEÇÃO IV – MÚSICA NO APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA PESSOA AUTISTA: O QUE DIZ A LITERATURA ATUAL?.....	52
4.1 – Os Artigos Científicos de Revistas Qualis A1, A2, B1 e B2.....	52
4.2 – Os Resumos expandidos de Eventos Qualificados.....	52
4.2.1 – Anped.....	52
4.2.2 – Anped Norte.....	52
4.2.3 – Educere.....	53
4.2.4 - Fórum Internacional de Pedagogia (FIPED).....	53
4.3 – Dissertações e Teses de Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu.....	53
CONCLUSÃO.....	55
REFERÊNCIAS.....	57

SEÇÃO I – INTRODUÇÃO

Discutir processos inclusivos demanda, dentre outras questões, um recorte que varia em função das particularidades em termos de inclusão de pessoas com deficiência ou da complexidade, tendo em vista, por exemplo o nível da inclusão, a exemplo da social, da escolar, etc. Nesse sentido, optamos para tratar da inclusão a partir do sujeito autista que apresenta com conjunto de condicionantes que interferem sobremaneira nos processos de comunicação e socialização.

Se de um lado apresentamos um recorte a partir de um tipo de deficiência, por outro lado optamos por um caminho que consideramos eficiência que é a música. Seja como manifestação cultural, artística ou ainda como conhecimento técnico, a música nos abre possibilidades de estar no mundo que amplifica processos de comunicação, socialização, de auto realização e, por conseguinte, nos oportuniza o prazer, a alegria, nos fazendo plenos diante da vida. A música é por excelência possibilidade de existir que rompe com nossos limites, sejam eles resultantes de alguma condição de deficiência ou de outras limitações produzidas pelas nossas carências, frustrações, perfis identitários, etc.

Por meio da música acreditamos ser possível vislumbrar processos de inclusão de pessoas acometidas pelo autismo, dada o potencial de envolvimento que ela gera no músico. A humanidade foi forjada tendo a música como referencial do seu existir. Desde os primórdios somos levados pelas melodias que nos fizeram e ainda fazem rememorar, agregar, fortalecer laços, demarcar momentos especiais, além de permitir a expressão individual e coletiva.

O trabalho de pesquisa aqui proposto visa investigar sobre o aprendizado musical de pessoas autistas, no anseio de procurar compreender as possíveis contribuições da música no desenvolvimento desses indivíduos, buscando informações pertinentes à deficiência e a educação musical, recorre-se para este entendimento a uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo buscando na literatura dentro da área

medica, pedagógica, artística e inclusiva, procurando subsídios para as análises e o desenvolvimento do trabalho em questão. Os apontamentos para esse trabalho também recorrem sobre as Políticas Públicas voltadas para as pessoas com autismo e a contribuição da música para o desenvolvimento dessas pessoas.

No Brasil, desde 1960 a música é usada no tratamento de pessoas autistas. De acordo com a literatura da área dentre os seus benefícios destacam-se a melhora do relacionamento interpessoal, aquisição de confiança verbal e vocal, ou seja, há uma melhora na fala, e como sabemos a área social-afetiva e a fala são um dos problemas que a maioria dos indivíduos que possuem o transtorno do espectro autista apresentam.

1.1 – Problema

Na compreensão de que as pessoas com o transtorno do espectro autista necessitam de uma educação e técnicas de abordagens específicas para o seu desenvolvimento social, e que mais pesquisas devem ser promovidas e voltadas para a atenção da educação desses indivíduos. Partindo então desse princípio, e da importância do ensino da arte no espaço escolar, surge a seguinte inquietação: **De que maneira a educação musical se configura como instrumento eficaz para o desenvolvimento dos discentes acometidos pelo autismo?**

1.2 – Objetivos

Geral: Investigar, a contribuição da educação musical para o desenvolvimento de pessoas autistas tendo por base um estudo de natureza bibliográfica

Específicos:

- Analisar, de que maneira a música tem contribuído para o desenvolvimento de pessoas autistas.
- Identificar, quais são essas contribuições para o processo de inclusão de pessoas autistas;

- Apontar, que mudanças e benefícios a educação musical têm promovido para o desenvolvimento social, afetivo e escolar da pessoa autista.

1.3 – Justificativa

A área da acessibilidade me chama a atenção desde um período anterior ao meu ingresso na Universidade, pois me sensibiliza a maneira como as pessoas com deficiências físicas ou cognitivas, tem a capacidade de se superar, quando nelas é depositada uma confiança e autonomia. No entanto, obtive a convicção da delimitação do meu tema, na disciplina de Desenvolvimento Humano, Aprendizagem e Educação, ministrada pelo professor João Manoel da Silva Malheiro. Nesta disciplina tive um aprofundamento maior sobre o autismo e com isto o interesse de abordar a minha pesquisa nesta área.

Com a professora Raphaela em Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação Inclusiva foi possível lapidar um pouco mais essa ideia, pois obtivemos um aprofundamento ainda maior, não somente sobre o autismo, mas sobre as deficiências e a inclusão como um todo.

A Música sempre foi uma área que me despertou um interesse pessoal muito grande, creio que seja porque em minha família a vertente musical é algo bem forte. A partir de então surgiu uma inquietação de compreender qual a contribuição da música para o desenvolvimento de pessoas autistas, inquietação esta, que vai ser mais percorrida ao longo deste estudo acadêmico-científico.

Esta pesquisa é relevante academicamente no sentido em que ela será realizada no campus universitário de Castanhal, polo este que se encontra ainda em consolidação, e onde as pesquisas não são produzidas com tanta intensidade dentro da temática aqui proposta. Com a elaboração deste meu trabalho, os discentes dos cursos de graduação, poderão beneficiar-se dos conhecimentos adquiridos através deste. Poderá também contribuir para o fortalecimento do conhecimento científico, visto que durante os primeiros levantamentos foi constatado pouquíssimos trabalhos voltados para esse tema.

Socialmente falando, minha pesquisa poderá beneficiar pessoas com transtorno do espectro autista visto que eles necessitam de tratamentos especiais e pesquisas voltadas para essa área. Caminhos precisam ser abertos e concepções precisam ser desconstruídas e compreendidas da maneira correta. As pessoas com necessidades especiais podem sim superar os seus limites, só é necessário que outras pessoas olhem para elas, não com um olhar de pena, mas sim de superação.

1.4 – Metodologia

O presente estudo se inspira no método dialético exaurindo-se de algumas exigências que o paradigma epistemológico nos pede, este é um parâmetro que vai da parte para o todo, o mesmo defende que a realidade é algo que se movimenta, ou seja, não existe uma verdade única. Esta pesquisa é de cunho qualitativo, o qual focaliza-se no caráter subjetivo do objeto, estudando as suas particularidades.

Será feito um estudo de caráter exploratório, utilizarei o método bibliográfico, onde investigarei artigos e teses científicas já publicadas neste âmbito, procurando referenciais na área da música e do autismo.

Em linhas gerais as filiações conceituais de natureza metodológica e procedimentais são as seguintes:

1.4.1 – Abordagem: Qualitativa

A abordagem qualitativa não se baseia em quantidade, mas sim no teor da pesquisa, na essência. A mesma busca a resposta para um problema. Segundo Lüdke e André (1986) a observação direta permite que o observador chegue mais perto da perspectiva dos sujeitos, o que é um importante alvo nas abordagens qualitativas. Bogdan e Biklen (1999, p.15) ratificam que:

Os dados recolhidos são designados por qualitativos, o que significa ricos em pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas, e de complexo tratamento estatístico. As questões a investigar não se estabelecem mediante a operacionalização de variáveis, sendo, outrossim, formuladas com o objectivo de investigar os fenómenos em toda a sua complexidade e em contexto natural

Segundo Bogdan e Biklen (1999), ainda que se faça um questionário, a investigação não é realizada com o objetivo de responder as questões prévias ou de testar hipóteses. Mas sim, privilegiam a compreensão dos comportamentos a partir da perspectiva dos sujeitos da investigação.

1.4.2 – Tipo de Estudo: Bibliográfico

Segundo Severino (2007, p.122) a pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir de registros anteriores, ou seja, baseia-se em artigos, teses e livros que já tenham sido escritos. Utiliza-se de dados ou categorias teóricas que já foram usadas por outros pesquisadores, e foram devidamente registradas. Esses textos transformam-se em fontes dos temas a serem pesquisados.

1.4.3 – Técnica de produção de dados: Estado da arte

Segundo Romanowski (2006) os estudos de estado da arte objetivam a organização da produção em uma determinada área do conhecimento. Esses estudos já se tornaram imprescindíveis para compreender a amplitude do que vem sendo produzido.

Os estudos realizados a partir de uma sistematização de dados, recebem esta denominação, estado da arte, quando abrangem toda uma área do conhecimento, nos diferentes aspectos que geraram produções.

Então para realizar um estado da arte, faz-se necessário analisar os estudos sobre as produções em congressos na área, publicações em periódicos, dentre outros. Não basta apenas estudar os resumos de dissertações e teses. O estudo que aborda apenas um setor das publicações é denominado de “estado do conhecimento”.

Um estado da arte é um mapa que nos permite continuar caminhando; um estado da arte é também uma possibilidade de perceber discursos que em um primeiro exame se apresentam como descontínuos ou contraditórios. Em um estado da arte está presente a possibilidade de contribuir com a teoria e prática” de uma área do conhecimento. (Messina, 1998, p. 01)

Um estado da arte, pode ser um levantamento do que se conhece sobre determinada área, para que possa avaliar a situação da produção do conhecimento da área focalizada.

O motivo da utilização desses estudos, é que eles possibilitam uma visão geral do que vem sendo produzido na área, e uma ordenação que permite aos pesquisadores notarem a evolução das pesquisas na área, assim como suas características e foco. Além de ter a possibilidade de identificar as lacunas ainda existentes.

O levantamento e a revisão do conhecimento produzido sobre o tema, são passos indispensáveis, para desencadear um processo de análise qualitativa dos estudos produzidos nas diferentes áreas do conhecimento. Este tipo de estudo tem como característica ser descritivo e analítico.

Os dados coletados em estudos do tipo estado da arte, podem apontar os temas, subtemas e conteúdos que são priorizados em pesquisas e mostrar assim, a necessidade de outras pesquisas serem feitas, ou seja, podemos visualizar quais temas estão sendo quase que totalmente silenciados.

1.4.4 – Técnica de análise: de Conteúdo temático

Utilizamos Laurence Bardin para tratar o corpus de análise apresentado a partir do levantamento bibliográfico. Nesse tipo de técnica o pesquisador após produzir os dados procede em três exercícios interdependentes. No primeiro trata-se da descrição dos dados, ou seja, da apresentação do corpus. Em seguida realiza-se a interpretação. Nesse momento o pesquisador destaca questões que lhe chamam atenção em relação aos dados produzidos, na tentativa de iniciar o processo de resposta às indagações apresentadas para a realização do estudo e por fim apresenta a análise que representa o fechamento da discussão onde os dados, o pesquisador e outras produzem dialogam em torno do objeto investigado.

SEÇÃO II – Corpus de análise resultante da pesquisa bibliográfica

As produções estão bem distribuídas nas regiões Sul, Sudeste, Norte, Nordeste e Centro Oeste, sendo esta última a única que possui menos publicações nessa área de pesquisa. Ela possui apenas uma publicação. A seguir apresentamos as produções capturas em vários veículos de comunicação da produção do conhecimento científico.

2.1 – Artigos Científicos de Revistas Qualis A1, A2, B1 e B2

Na revista Música Hódie (Qualis B2) foram realizadas buscas sobre o tema de 2014 a 2018 e foram detectados 133 artigos durante estes anos. Destes artigos somente dois relacionavam-se com o tema proposto. Sendo um que abordava a Educação Musical voltada para a educação especial. E o outro, abordava a educação musical, porém pelo viés da composição musical nas escolas, como uma metodologia de ensino, para a interpretação de poemas. Os artigos foram os seguintes:

Quadro 01: Publicações na Revista Música Hódie.

Ano	Nome do autor	Título do trabalho
2018	Luciano Ribeiro Cil e Taísa Grasiela Gomes Liduenha Gonçalves.	Educação musical e educação especial na produção científica de dissertações e teses.
2014	Viviane Beineke e Camila Costa Zanetta.	“Ou isto ou Aquilo”: a Composição na Educação Musical para Crianças.

Fonte: Oliveira (2019).

Cil e Gonçalves (2018), em seu artigo afirmam que a educação musical para a pessoa com deficiência é complexa na educação brasileira por associar a música a aspectos terapêuticos, secundarizando como área do conhecimento. Sendo assim, os autores afirmam que o objetivo deste trabalho é analisar a interface da Educação Musical com a Educação Especial na produção acadêmica brasileira.

Para tanto, os mesmos realizaram um estudo bibliométrico a partir do Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

Cil e Gonçalves (2018) afirma que os resultados mostraram que a produção na interface educação musical e educação especial é recente, a partir do ano de 2006, com um número reduzido de 17 pesquisas. Deste total de trabalhos, 16 são dissertações de mestrado e um corresponde a uma tese de doutorado, a maioria (53%) foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Música. Os autores declaram que todas as produções são de instituições públicas, prevalecendo a temática sobre projetos de educação musical para alunos da educação especial (53%). Cil e Gonçalves (2018) reiteram que almejam que este estudo possa subsidiar o debate sobre a educação musical, como conhecimento artístico, para todos os alunos.

Beineke e Zanetta (2014) em seu artigo intitulado, “Ou isto ou Aquilo”: a Composição na Educação Musical para Crianças, tem como objetivo focalizar a aprendizagem criativa na educação musical, refletindo teoricamente sobre um projeto de composição desenvolvido em uma Oficina de Música para crianças.

Neste trabalho, as autoras utilizam a poesia de Cecília Meireles como o eixo condutor para a elaboração de poemas musicados. Considerando os espaços de criação enquanto meios que possibilitam o desenvolvimento das capacidades criativas e humanas.

As mesmas afirmam que, o referencial teórico focaliza o processo de composição colaborativa e a possibilidade de convergência de contextos sociais e culturais. Beineke e Zanetta (2014) reiteram que os resultados revelaram o engajamento das crianças na produção das composições e as aprendizagens significativas construídas no processo de tomada de decisões musicais.

Na Revista Brasileira de Educação – RBE (Qualis A1) que é associada a ANPED realizamos as pesquisas dos anos de 2014 a 2018 e foram publicados durante este período 302 artigos, destes artigos somente 3 abordavam o tema desta pesquisa.

Sendo que, um abordava somente a música e os outros dois tratavam da inclusão de alunos com deficiência no geral sem especificar o autismo.

Quadro 02: Publicações RBE

Ano	Nome do autor	Título do trabalho
2017	Cristina Rolim Wolffenbüttel	Música nas escolas públicas municipais do Rio Grande do Sul.
2017	Giovani Ferreira Bezerra	A inclusão escolar de alunos com deficiência: uma leitura baseada em Pierre Bourdieu.
2015	Hildete Pereira Dos Anjos	Pesquisa-formação e história de vida: entretecendo possibilidades em educação inclusiva.

Fonte: Oliveira (2019).

Wolffenbüttel (2017), em seu artigo, música nas escolas públicas municipais do Rio Grande do Sul, declara que sua pesquisa investigou como estava o cenário da música nessas instituições públicas.

A autora afirma que, teve como metodologia a abordagem quantitativa, o método survey interseccional de grande porte e a aplicação de questionários autoadministrados como técnica de coleta de dados. A análise de conteúdo constituiu a técnica para a análise dos dados, valendo-se de conceitos da educação musical balizados pela legislação educacional e pela abordagem do ciclo de políticas.

Wolffenbüttel (2017) relata que obteve como resultados da sua pesquisa, a constatação de que, apesar da legislação vigente e da existência de algumas atividades musicais nas escolas, ainda persiste a luta para a efetiva implementação da educação musical no estado.

Bezerra (2017) em sua pesquisa, a inclusão escolar de alunos com deficiência, declara que a mesma tem por objetivo, discutir e compreender o processo de inclusão escolar de alunos com deficiência no sistema público de ensino brasileiro, pós-década de 1990, valendo-se de conceitos e (pro)posições teórico-metodológicos de Bourdieu.

A autora utilizou como material investigativo da pesquisa, os dados empíricos obtidos em uma pesquisa de campo realizada em uma sala de recursos multifuncionais, os resultados de pesquisas já produzidas sobre o assunto no Brasil, e, sobretudo, as analogias entre as análises bourdieusianas sobre o sistema de ensino francês e a situação atualmente vivida nas escolas brasileiras, com a incorporação dessa nova clientela.

Bezerra (2017) declara que obteve como resultados da sua pesquisa que a inclusão de estudantes com deficiência na e pelas escolas comuns, embora se apresente como democrática, revela-se seletiva, classificatória e estigmatizante, contribuindo para a reprodução da ordem estabelecida e para a legitimação das desigualdades entre os agentes escolares, o que constitui o processo de exclusão por dentro do sistema escolar.

Anjos (2015) em seu trabalho intitulado, pesquisa-formação e história de vida: entretecendo possibilidades em educação inclusiva, relata que o mesmo apresenta uma proposta de percurso metodológico que visa possibilitar, incorporar os saberes das professoras das salas de recursos na produção de conhecimento, de modo que faça avançar as políticas e as práticas de inclusão escolar no país, objetivo maior do Observatório Nacional de Educação Especial.

Para tanto, a autora apresenta uma experiência de pesquisa-formação que incorpora à proposta metodológica, as histórias de vida das educadoras de um dos municípios que participaram da pesquisa do Observatório. A mesma apresenta tal percurso metodológico argumentando sobre as possibilidades de interação, na prática, entre pesquisa-formação e história de vida.

Anjos (2015) declara que, a participação efetiva das professoras das salas de recursos no levantamento dos saberes acerca de si, das políticas, e da própria história da educação especial, mostra grande potencial heurístico no estudo de como esses saberes estão imbricados nas ações e no processo formativo dessas educadoras.

2.2 – Resumos expandidos de Eventos Qualificados:

2.2.1 – Anped

No GT 15 da Anped que trata da Educação Especial, de 87 trabalhos, só foi encontrado 1 que fala sobre autismo, todavia este não é associado a educação musical. No GT 24 que aborda a Educação e Arte, de 40 trabalhos encontrados, não foi achado nenhum que fale sobre autismo, inclusão ou música associada ao autismo.

O único artigo encontrado tem como título: Investigando a qualidade da inclusão de alunos com autismo nos anos iniciais, este artigo foi escrito por Cristiane Kubaski, Fabiana Medianeira Pozzobon e Tatiane Pinto Rodrigues em 2015. As autoras afirmam que este trabalho investiga a inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nos anos iniciais. E que a pesquisa tem caráter qualitativo, com estudo de caso múltiplo do tipo exploratório.

Kubaski, Pozzobon e Rodrigues (2015) reiteram que o objetivo deste artigo é analisar a qualidade da inclusão dos alunos com TEA matriculados nas escolas regulares do município de Santa Maria a partir das perspectivas de seus professores, através de quatro indicadores de qualidade: Presença, Participação, Aceitação e Aprendizagem.

Participaram deste estudo quatro professores dos anos iniciais do ensino fundamental. As autoras alegam que resultados mostraram que as estratégias utilizadas pelas professoras parecem favorecer a inclusão desses alunos. Entretanto, foram identificadas barreiras que impedem a participação e a aprendizagem e que se constituem como desafios ao processo inclusivo. As autoras sugerem que, a inclusão seja investigada de modo mais amplo, considerando além da presença do aluno na

escola, a forma como ele está participando, sendo aceito, aprendendo e sendo percebido no contexto inclusivo.

2.2.2 – Anped Norte

Na primeira Anped Norte (2016) no GT 15 de Educação especial dos 16 trabalhos publicados, somente um tratava do autismo. No GT 05 de Estado e Política Educacional foi encontrado um trabalho que abordava a educação especial, dos 9 trabalhos publicados.

Na segunda Anped Norte (2018) no GT 15 e GT 20 de Educação Especial e Psicologia da Educação dos 11 trabalhos nenhum falava sobre o autismo. No GT 24 de Educação e Arte dos 9 trabalhos somente um abordava sobre educação musical, porém, não associando a mesma ao auxílio no desenvolvimento de pessoas autistas.

Quadro 03: 1ª e 2ª Anped Norte

Ano	Nome do autor	Título do trabalho
2016	Hildete Pereira dos Anjos	Políticas educacionais relativas à deficiência: repercussões locais.
2016	Suellen Christina Prestes de Souza e José Anchieta de Oliveira Bentes	Narrativas de mães sobre o autismo
2018	Ezenice C F Bezerra e Juracy Machado Pacífico	Educação musical nas práticas pedagógicas de professoras da educação infantil.

Fonte: Oliveira (2019).

Anjos (2016) em seu trabalho intitulado, políticas educacionais relativas à deficiência, propõe uma síntese das políticas brasileiras de educação inclusiva a partir

da Constituição Federal de 1988, com o objetivo de relacioná-las com a repercussão na educação inclusiva estudada por pesquisadores da Amazônia.

A autora adota como método, a análise de conteúdo, tendo como material de trabalho a produção legal e a produção acadêmica. E relata que o eixo interpretativo da produção legal opõe assistencialismo a direito à educação.

Anjos (2016) conclui que, a opção por um modelo único de atendimento através das salas de recursos revela a tendência à homogeneização, onde sobrevive o assistencialismo. A mesma afirma também que, a luta por educação como direito exige que a leitura das condições concretas da escola leve a outras reivindicações, tendendo a se ancorar e fortalecer em outras lutas populares. O estado, por outro lado, precisa reconhecer as especificidades das experiências, superando a tendência homogeneizante e centralizadora que tem assumido.

A autora reitera que as especificidades da geografia e da educação amazônica tendem a ser ignoradas tanto nas discussões sobre acessibilidade quanto nas relações entre deficiência e a cultura. Incorporar ao esforço pedagógico a diversidade presente nas culturas locais pode enriquecer a educação da pessoa com deficiência para além de um atendimento especializado, para a participação na cultura.

Bentes e Souza (2016) em seu artigo abordam as narrativas de mães sobre o autismo. Os mesmos têm como objetivo conhecer as narrativas orais de quatro mães sobre seus filhos autistas. Os autores afirmam que sua pesquisa é de natureza descritiva e de materialidade discursiva e partiu da identificação da possível origem do espectro, do posicionamento dos responsáveis acerca do diagnóstico, a indicação das características manifestadas, e por último da análise dos fatores relacionados ao processo de escolarização, incluindo o atendimento educacional especializado para o desenvolvimento desses alunos.

Os autores utilizaram como procedimento metodológico para a geração de dados o tipo de pesquisa, narrativa oral, que contemplou a utilização das observações, descrições e conversas informais, ocorridas no Núcleo de Atendimento Educacional

Especializado aos Transtornos Globais de Desenvolvimento (NATEE), instituição que funciona em uma escola pública estadual em Belém-Pa.

Bentes e Souza (2016) reiteram que diante da realização do estudo, foi possível conhecer alguns fatores que interferem ou podem facilitar na inclusão, com destaque para a importância do atendimento educacional especializado para o desenvolvimento desses alunos.

Outros autores são, Bezerra e Pacífico (2018) que em seu artigo, educação musical nas práticas pedagógicas de professoras da educação infantil, tiveram como objetivo investigar a presença da educação musical nas práticas pedagógicas de professoras da Educação Infantil de uma escola pública municipal, na perspectiva de promover intervenção formativa que valorize as experiências de educação musical com crianças em idade de zero a cinco anos.

Os autores afirmam que sua pesquisa, tem a abordagem qualitativa e com proposta intervencionista, os mesmos utilizaram como instrumentos para registro e produção de dados: estudos bibliográficos, observação, análise documental, questionários e oficina de educação musical. Sendo os sujeitos colaboradores, quatro professoras e uma coordenadora pedagógica que atuam na etapa da Educação Infantil.

Bezerra e Pacífico (2018), declaram que os resultados apontaram que a educação musical ainda não foi inserida na escola, figurando uma ausência nas práticas pedagógicas, mas que a inserção é possível. Os mesmos reiteram que o estudo também entrevistou nesse sentido de modo que, em última etapa, já considerando os aportes teóricos e práticas da oficina, os mesmos elaboraram propostas de ação visando a continuação da pesquisa e posterior intervenção.

2.2.3 – Educere

Nas comunicações orais do ano de 2015 no eixo, diversidade e inclusão, das 8 páginas de trabalhos, somente 6 trabalhos abordando a questão do autismo foram encontrados.

Nos pôsteres apresentados em 2015 no eixo diversidade e inclusão, das duas páginas de trabalhos, foi encontrado apenas um trabalho, abordando o autismo e crianças psicóticas.

É importante ressaltar que foram realizadas buscas dos anos de 2015 a 2017, todavia só encontramos publicações no eixo temático escolhido, no ano de 2015.

Quadro 04: Educere

Ano	Nome do autor	Título do trabalho
2015	Elizete Santos Balbino, Amanda Magalhães Barbosa, Jaqueline da Cruz Zacarias, Lyciane Maria Vasconcelos Lima e Milena Silva Magalhães	A formação inicial do professor frente à inclusão e à aprendizagem das crianças com autismo: primeiras aproximações.
2015	Ana Maria Moraes Fontes, Amanda Bessa, Ana Paula Queiroz, Bianca Wandepol Azevedo e Clarice Medeiros Dêveza	A inclusão escolar de crianças autistas e psicóticas.
2015	Sabrina Araujo de Almeida e Pedro Humberto Faria Campos	As representações sociais de equipe multidisciplinar sobre alunos com transtorno do espectro autista em tempos de inclusão educacional.
2015	Christiane Cordeiro Silvestre e Carla Luciane Blum Vestena	Levantamento de teses e dissertações publicadas sobre a temática do autismo, no período de 2009 a 2014 no Brasil.

2015	Carlos Eduardo Gonçalves Leal e Ana Valéria Marques Fortes Lustosa	O espectro autista e a inclusão escolar: um enfoque sobre a dimensão subjetiva.
2015	Vanessa Nicolau Freitas dos Santos e Rafaella Asfora Lima	Olhar docente sobre a relação entre comunicação e aprendizagem do sujeito com Transtorno do Espectro Autista (TEA).
2015	Gisele de Lima Vieira e Maria Almerinda de Souza Matos	Políticas educacionais inclusivas para a criança com transtorno do espectro de autismo na educação infantil.

Fonte: Oliveira (2019).

Balbino, et al (2015), em seu artigo, a formação inicial do professor frente à inclusão e à aprendizagem das crianças com autismo, afirma que a presença de alunos com autismo é cada vez mais constante nas salas de aula do ensino regular, fator que desafia os professores sobre as estratégias utilizadas como mediadoras da aprendizagem e colaboradoras da efetivação da inclusão educacional desses alunos.

As autoras afirmam que desse modo, é importante que haja reflexões e discussões acerca dessa temática no decorrer da formação docente inicial, haja vista a pluralidade de informações e especificidades relacionadas ao autismo.

Com isso, as autoras declaram que esta pesquisa apresenta a seguinte problemática: como se dá a formação inicial dos professores frente à inclusão e à aprendizagem de crianças com autismo?

Sendo assim, Balbino, et al (2015) afirmam que o objetivo desse estudo consiste em analisar as primeiras experiências das estudantes do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Alagoas – Uneal/Campus I frente à inclusão e à aprendizagem de crianças com autismo no Espaço de Reabilitação e Reintegração de Crianças com Autismo – Espaço Trate.

As autoras optaram como método de pesquisa, além da bibliográfica, por uma abordagem metodológica que traz como aporte teórico a pesquisa de natureza qualitativa. A coleta de dados ocorreu através de entrevistas semiestruturadas aplicadas com quatro estudantes do curso de Pedagogia da Uneal. As mesmas usaram como referencial teórico, dentre outros, os estudos de Chiote (2011), Cunha (2014), Mello (2004), Mesquita (2007), Silva (2014) e Veltrone; Mendes (2007).

Balbino, et al (2015) declaram que os resultados desse estudo evidenciam que a experiência de trabalhar com crianças com autismo está trazendo para a formação das estudantes a possibilidade de se aliar a teoria com a prática e evidencia também, o quanto as instituições de ensino superior precisam avançar no sentido de oportunizar a todos os licenciandos a possibilidade de oferecer estágios na área da educação inclusiva para que o futuro professor possa desenvolver os saberes necessários para melhorar a sua prática pedagógica.

Fontes, et al (2015) em seu artigo, a inclusão escolar de crianças autistas e psicóticas. Afirmam que sua pesquisa ainda está em desenvolvimento, e que tem como objetivos conhecer como acontece a inclusão de crianças autistas e psicóticas nas escolas de Juiz de Fora e, também, descobrir que tipos de dificuldades as escolas enfrentam ao receberem estas crianças.

As autoras escolheram como estratégias metodológicas: entrevistas com diretores e professores e também observações do cotidiano de algumas dessas crianças. As mesmas relatam que a pesquisa foi construída na interface da Psicanálise com a Educação e que se trata, então, de uma pesquisa em psicanálise, portanto, uma pesquisa que toma o sujeito como seu objeto. E no caso dessa pesquisa as autoras afirmam que, o sujeito que as interessa é a criança autista e psicótica, que deve em acordo com a lei, ser incluída nas escolas.

Fontes, et al (2015) refletem sobre a obrigatoriedade da inclusão de autistas e psicóticos, porquanto, as mesmas afirmam que alguns autores acreditam que, dependendo do quadro do sujeito, a escolaridade obrigatória pode não ser indicada.

As autoras por fim verificam que, tanto as professoras regentes quanto as professoras de apoio, não possuem formação adequada sobre o que vem a ser autismo ou psicose e onde incidem as dificuldades para incluir este tipo de crianças. Assim, elas atuam a partir de seus próprios recursos tentando contornar as dificuldades que experimentam em seu trabalho. Suas estratégias para lidar com alunos autistas e psicóticos não diferem daquelas para lidar com qualquer outro tipo de alunos, que necessitem de um atendimento diferenciado, exceto quando a resistência por parte de algum deles inviabiliza que algum trabalho seja feito. Neste caso, ele é liberado de executar as atividades, por se compreender que, na sua condição, a expectativa não deve ser a mesma que existe em relação aos outros alunos.

Almeida e Campos (2015) em sua pesquisa intitulada, as representações sociais de equipe multidisciplinar sobre alunos com transtorno do espectro autista em tempos de inclusão educacional. Ressaltam que analisando a trajetória da Educação Especial é possível perceber que a discriminação e o preconceito estão presentes no pensamento instituído nos diferentes momentos da história. Desta forma, com a evolução no atendimento à pessoa com deficiência, buscam-se possibilidades de aprendizagem, dando origem à inclusão educacional, que consiste no fenômeno que procura garantir o acesso e a permanência de todo indivíduo na rede regular de ensino.

Assim, os autores afirmam que é possível investigar, de acordo com o discurso de profissionais da educação e saúde as representações sociais sobre o aluno com Transtorno do Espectro Autista e seus desdobramentos no cenário educacional.

Almeida e Campos (2015) levantam a hipótese de que ainda seja encontrado um discurso centrado na doença e não nas possibilidades do indivíduo, mascarando práticas excludentes presentes no contexto escolar. Neste sentido, os autores reiteram que o artigo tem como objetivo identificar, a partir do discurso de profissionais de equipe Multidisciplinar, as representações sociais destes sobre a inclusão do aluno com Transtorno do Espectro Autista na rede regular de ensino.

Os autores afirmam ter utilizado como instrumento de coleta de dados, a técnica do grupo focal, com 10 participantes das áreas de saúde e educação, com base em 4 questões indutoras.

Neste contexto, os dados colhidos foram analisados de acordo com a Análise do Conteúdo segundo Bardin, Almeida e Campos (2015), os autores identificaram como resultados, impressões como: Medo, desafio, falta de recursos e apoio do poder público no que diz respeito ao atendimento clínico de tal clientela, admitindo também o Transtorno do Espectro Autista como um conceito relativamente novo não só na área de educação como também na área da saúde. Os autores mostram que outro dado importante foi o reconhecimento do processo de inclusão, mas considerando o mesmo ainda insuficiente, ou seja, a partir da política pública é dado ao deficiente o direito da inclusão, independente das condições de acesso ou permanência no contexto educacional.

Silvestre e Vestena (2015) relatam que, sua pesquisa apresenta o mapeamento das teses e dissertações publicadas sobre a temática do autismo, no período de 2009 a 2014 no Brasil. As autoras declaram que o levantamento foi realizado na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) em algumas etapas, na qual primeiramente foi realizado o levantamento das teses e dissertações, posteriormente selecionadas as pesquisas para análise e por fim a análise de cada pesquisa selecionada.

Silvestre e Vestena (2015) expressam que, a partir da análise foi possível observar a existência de 1870 pesquisas realizadas sobre o tema autismo no Brasil. Destas, selecionou-se 87 (oitenta e sete) de diferentes áreas de pesquisa segundo a Capes, relacionadas à temática da Educação Especial e Inclusão. Assim foram localizadas 46 (quarenta e seis) pesquisas da área de Saúde, subárea da Psicologia, dentre essas 14 (quatorze) que retratam a inclusão de autistas. As autoras afirmam que, por outro lado, na área da Educação, foram identificadas 7 (sete) pesquisas que abordam o tema autismo, com ênfase na inclusão escolar.

Silvestre e Vestena (2015) relatam que, a partir desta análise foi possível observar que, a maioria das pesquisas, sobre autismo está centralizada na área de Saúde. Dentre as pesquisas realizadas na subárea de Psicologia 62 (sessenta e dois) apontam a inclusão do ponto de vista cognitivo e comportamental e somente 14 (quatorze) abordam os aspectos pedagógicos. As autoras afirmam que tais resultados permitem inferir que, existe um déficit de produções sobre autismo na área da Educação, embora possua maior propriedade em lidar com as questões de escolarização dos autistas, e possibilitem que as dificuldades teórico-metodológicas, salientadas pelos professores que atuam com esse alunado possam ser amenizadas, mediante ao desenvolvimento de novas pesquisas sob este foco investigativo.

Na pesquisa intitulada, o espectro autista e a inclusão escolar, Leal e Lustosa (2015) afirmam que, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem produzido novas demandas para a escola. A proposta é irreversível e assegura a matrícula de alunos com deficiências, superdotação/altas habilidades e Transtorno do Espectro Autista (TEA) no sistema regular de ensino.

Os autores reiteram que, nesse contexto, o TEA ainda representa um desafio, considerando a polarização do debate a respeito da temática e o desconhecimento dos professores sobre o transtorno e estratégias que possam ser utilizadas em sala de aula.

Diante disso, os autores declaram que o artigo tem como objetivo investigar o sentido subjetivo da inclusão no contexto de uma escola pública para o sujeito com Transtorno do Espectro Autista. Os autores afirmam, que a pesquisa foi fundamentada na Teoria da Subjetividade de González Rey (2004, 2005a, 2005b, 2007, 2011), e apoiou-se na Epistemologia Qualitativa desenvolvida pelo autor. Foi realizada, na cidade de Teresina, Piauí, por meio de um estudo de caso, no qual participou um adolescente de 14 anos de idade, diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista e matriculado no Ensino Fundamental da Rede Regular.

Os autores utilizaram como instrumentos para a coleta de informações, a composição, o completamento de frases e a entrevista em processo. A construção das informações ocorreu por meio do método construtivo-interpretativo de González Rey, no

qual as hipóteses levantadas com base nos indicadores produzidos no curso da pesquisa se transformaram em uma construção teórica sobre o problema estudado.

Leal e Lustosa (2015) declaram que a pesquisa apontou que o sentido subjetivo da inclusão para o aluno com TEA reflete as concepções naturalizantes presentes no discurso dos professores, que culminam no abandono pedagógico do sujeito diagnosticado.

Santos e Lima (2015) em sua pesquisa, olhar docente sobre a relação entre comunicação e aprendizagem do sujeito com Transtorno do Espectro Autista (TEA), tiveram como objetivo analisar a concepção de quatro docentes da sala regular sobre a relação da comunicação com o processo de aprendizagem da criança com o TEA.

As autoras afirmam que, embora as pessoas com autismo apresentem uma série de comprometimentos em seu desenvolvimento, o foco das mesmas estava nas falhas da comunicação e sua relação com o desenvolvimento da linguagem oral. E à luz da abordagem histórico-cultural de Vygotsky selecionaram algumas ideias principais, como: a origem cultural das funções psicológicas superiores, a característica da mediação presente em qualquer atividade humana sob o uso de sistemas simbólicos e a relação entre aprendizagem e desenvolvimento.

Santos e Lima (2015) afirmam em seu artigo, reconhecer o uso da linguagem oral como signo mediador por excelência, embora existam outros sistemas simbólicos não convencionais, como é o caso da Comunicação Alternativa Suplementar (CAS) que as autoras também abordam no estudo como uma possibilidade à aprendizagem e desenvolvimento dos sujeitos com o TEA.

As autoras afirmam que a pesquisa é de cunho qualitativo. E para isso, as mesmas realizaram entrevista semiestruturada com quatro docentes de escolas públicas municipais da cidade do Recife-PE.

Santos e Lima (2015) relatam que os resultados da pesquisa mostraram que as docentes concebem a ausência da linguagem oral como uma barreira à aprendizagem em função do status que a linguagem oral assume na escola. Apesar disso, fazem uso

da comunicação não convencional, como a CAS, em suas práticas pedagógicas. As autoras concluem que, a formação continuada contextualizada às demandas de cada grupo social, com o foco em temas específicos, possibilitará que os profissionais conheçam as potencialidades dos sujeitos com o TEA e tomem ciência da importância da CAS como instrumento de mediação entre sujeitos em interação.

Vieira e Matos (2015) versam sobre As Políticas Educacionais Inclusivas para a Criança com Transtorno do Espectro de Autismo na Educação Infantil. As mesmas afirmam que a pesquisa é de cunho qualitativo, documental e bibliográfico com o objetivo maior de analisar as políticas educacionais de inclusão para as crianças com Autismo no contexto das escolas de educação infantil e como essas leis estão sendo efetivadas na realidade educacional das escolas de educação infantil na cidade de Manaus.

Vieira e Matos (2015) relatam que a educação infantil é a primeira etapa da educação básica devendo atender as crianças de 0 a 3 anos em creches e de 4 e 5 anos em pré-escolas, sendo obrigatória a partir dos 4 anos. As autoras afirmam que as pessoas com deficiência vêm efetivando seu direito à educação na rede regular de ensino, e a partir da Declaração de Salamanca em 1994 tornou possível de forma mais democrática essa oportunidade de ensino. A criança com Autismo a partir da Lei 12.764/2012, denominada Lei Berenice Piana, é considerada pessoa com deficiência para todos os efeitos legais, tendo dentre vários direitos, o direito à educação em classes regulares de ensino.

Vieira e Matos (2015) concluem que a inclusão escolar na rede regular de ensino desde à Educação Infantil das crianças com Transtorno do Espectro do Autismo, é um direito assegurado e deve saltar das folhas de papel e se efetivar na realidade, não se restringindo apenas a meras matrículas, mas à inclusão destes pequenos nos espaços escolares, na sala de aula, nas salas de recursos multifuncionais e a outros espaços necessários para o desenvolvimento de suas potencialidades, pois, são cidadãos de direitos que como qualquer outra criança, independente de uma deficiência.

2.2.4 – Fórum Internacional de Pedagogia (FIPEd)

No FIPEd, foram encontrados somente dois artigos em 2016 que abordam a temática central desta pesquisa. Sendo que, um aborda a questão da pessoa com deficiência como um todo, sem especificar o Autismo. E o outro abordando a música.

Quadro 05: FIPEd

Ano	Nome do autor	Título do trabalho
2016	Ana Claudia de Sousa Alves e Jacqueline Silva da Silva	Revirando a história da pessoa com deficiência.
2016	Maciel Cover	Apontamentos sobre a trajetória da ledoc/artes visuais e música – uft/tocantinópolis.

Fonte: Oliveira (2019).

Alvez e Silva (2016) afirmam que seu artigo tem como objetivo apresentar um recorte do marco histórico e normativo construído entorno da pessoa com deficiência no decorrer do seu processo de lutas que marcaram a história dessas pessoas, bem como os contextos que os deixaram excluídos dos mais diversos direitos elementares de um ser humano, como a escolarização, o trabalho e o convívio social.

As autoras consideram sua pesquisa como sendo de caráter bibliográfico. As mesmas, escolheram os teóricos da seguinte maneira: para tratar das primeiras manifestações históricas voltadas para as pessoas com deficiência as mesmas buscaram (MAZZOTTA, 2001), (RIBEIRO e BAUMEL, 2003), (STAINBACK & STAINBACK, 1999). E para abordar a luta pelo movimento político inclusivo das pessoas com deficiências optou-se pela Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei 9394/1996), as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Parecer do CNE/CB nº 17 de 2001), a Política da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (Decreto Legislativo nº186/2008) o Plano Nacional de Educação (Lei 13.005, de 25 de

junho de 2014 - PNE) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015 - LBI ou Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Alvez e Silva (2016) afirma que este artigo revelou como estas políticas normativas vêm lidando com os direitos estabelecidos na educação inclusiva para as pessoas com deficiências. As mesmas, puderam perceber que no decorrer da história, essas pessoas, foram ganhando cada vez mais espaços no cenário educacional, afim, de demonstrar e favorecer o seu Protagonismo, abrindo possibilidades de refletir sobre a inclusão no contexto atual.

Cover (2016) ratifica que o objetivo do seu artigo é, analisar a trajetória do curso de Licenciatura em Educação do Campo, Códigos e Linguagens, Artes Visuais e Música da Universidade Federal do Tocantins, Campus de Tocantinópolis, e identificar no conjunto das atividades pedagógicas propostas os elementos que indicam o fortalecimento de uma proposta pedagógica que afirma o direito a educação por parte dos camponeses e camponesas.

O autor utiliza como metodologia a análise documental, observando o Projeto Pedagógico do Curso; análise de experiências pedagógicas desenvolvidas no decorrer do curso, à luz do materialismo histórico dialético, buscando elencar algumas potencialidades e desafios que se apontam no decorrer desta trajetória, como também de observação participante tanto em contato com os sujeitos que desenvolveram a proposta, como também enquanto executor da proposta, após o mesmo ter chegado para trabalhar como professor no curso.

Cover (2016) relata que é possível visualizar, que a proposta curricular busca atender a um perfil de educador que trabalhe com a condução de processos educativos escolares e comunitários e que atue em sala de aula na área de artes visuais e música. E a estratégia pedagógica adotada envolve a organização do curso na Pedagogia da Alternância, com articulação permanente entre a vida rural cotidiana com o estudo teórico oferecido na universidade, como também com a organização de eventos de cunho científico e formativo, e a criação de um periódico científico. O autor aponta como desafio, a articulação dos estudantes e a mobilização dos setores sociais do

campo para consolidar a atuação destes futuros profissionais nas escolas do campo da região.

2.3 – Dissertações e Teses de Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu

Nesse ponto do estudo trazemos produções que no universo das universidades é considerado de alto nível, são estudos resultados de pesquisas mais atentas aos princípios científicos. Nos quadros 06 e 07 apresentamos as produções capturadas no site oficial de resumos de teses e dissertações da Capes e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.

Quadro 06: Dissertações

Ano	Nome do autor	Título do trabalho
2016	Camila Fernandes Figueiredo	A aprendizagem musical de estudantes com autismo por meio da improvisação
2015	Gleisson Do Carmo Oliveira	Desenvolvimento musical de crianças autistas em diferentes contextos de aprendizagem: um estudo exploratório
2014	Liana Arduino De Magalhães	O desenvolvimento musical e a interação de alunos surdos em uma escola regular de ensino: um estudo de caso
2013	Jeanine Bogaerts	Educação musical na diversidade: um estudo de caso com alunos surdos e ouvintes em uma escola regular de ensino
2012	Tiago de Moraes Tavares de Lima	Música e invocação: uma oficina terapêutica com crianças com transtornos de desenvolvimento

2013	Tássila Crystiane Freitas Albuquerque	Educação Musical e Inclusão: a experiência do Programa Cordas da Amazônia
2013	José Carlos Quintanilha	Uma proposta de oficina de música para alunos com deficiência visual– Construção de instrumentos musicais e performance

Fonte: Oliveira (2019).

Figueiredo (2016) ao tratar da temática educação musical e autismo, assume o objetivo de estudar a aprendizagem musical em estudantes com transtorno do espectro do autismo (TEA). Segundo a referida autora, na sala de aula o estudante com TEA poderá apresentar prejuízo na interação social, prejuízo na comunicação verbal e não-verbal e padrões de comportamento, interesses ou atividades restritas, repetitivos e estereotipados. Os pressupostos desta pesquisa que ela apresenta estão fundamentados na teoria histórico-cultural de Vigotski em que a constituição do sujeito é determinada por fatores socioculturais e seu desenvolvimento e aprendizagem estão relacionados ao acesso da cultura mediada pelo outro.

A improvisação musical segundo Figueiredo (2016) é compreendida como um processo criativo dependente do contexto sociocultural em que o indivíduo está inserido e parte do processo de aprendizagem musical. A autora em questão defende a hipótese de que a improvisação musical possa facilitar o aprendizado dos elementos altura e duração do estudante com o TEA. A partir de ação pedagógica realizada com doze estudantes de ambos os gêneros, com idades entre seis e treze anos, em uma Escola Estadual de Educação Básica Modalidade Especial situada em Curitiba (PR) por meio da pesquisa ação a autora elaborou um instrumento de avaliação de aprendizagem musical, o qual foi submetido a uma validação por sete professores graduados em música, resultando em posteriores alterações para a sua adequação. A coleta de dados foi organizada da seguinte forma: pré-teste; treze aulas de música e pós-teste. Foram utilizados os métodos quantitativo e qualitativo para análise dos dados. Ao final da coleta de dados foi realizada uma avaliação da aprendizagem musical por três juízes

externos, professores graduados em música, os quais utilizaram o instrumento de avaliação de aprendizagem musical e a observação dos vídeos do pré e pós teste de dois estudantes. Os resultados apontaram para índices positivos na categoria aspectos gerais indicando que os estudantes com TEA são capazes de frequentar aulas de música. Assim como um aumento do desempenho, entre pré e pós teste, nas tarefas das categorias altura e duração constatando a aprendizagem. A improvisação musical possibilitou que os estudantes trouxessem conteúdos, práticas e sentidos provenientes de seus contextos e que estes fossem re-significados pela professora gerando novas aprendizagens.

Um outro estudo também capturado no processo de produção de dados é de Oliveira (2015). Nesse estudo em que o autor aborda o desenvolvimento musical de crianças autistas em diferentes contextos de aprendizagem, ele teve como objetivo estudar o desenvolvimento musical de duas crianças com três anos de idade, diagnosticadas com autismo em grau leve, em dois diferentes contextos de aprendizagem e identificar os prováveis fatores que influenciaram este processo. Sua pesquisa foi de caráter exploratório.

Para tanto, as duas crianças autistas tiveram um semestre de aulas de musicalização, cada uma em um diferente contexto: um especial, composto apenas por crianças com autismo; e um misto, composto por crianças sem acometimentos e por crianças com autismo. As aulas foram filmadas e o desenvolvimento musical das crianças foi avaliado por um júri formado por uma educadora musical, uma musicoterapeuta e uma neurocientista da música, especialistas nesta faixa etária.

A partir disso, Oliveira (2015) capturou os dados fornecidos pelas juradas e realizou a técnica de Análise de Conteúdo, os quais apontaram padrões que, por sua vez, delinearam categorias que serviram de base para a avaliação do desenvolvimento obtido pelas crianças a partir das aulas de música. O autor realizou também entrevistas parcialmente estruturadas com os pais, para um melhor entendimento dos resultados obtidos. Os resultados apontam para um significativo desenvolvimento musical/geral das crianças em seus respectivos contextos de aprendizagem, demonstrando o quão

benéfico é o fazer musical, independente do contexto de aprendizagem, além de mostrar que a música, de fato, pode afetar o ser humano em sua totalidade.

Desta pesquisa Oliveira (2015) concluí que, o contexto de aprendizagem sofre inúmeras influências, que vão desde os indivíduos presentes na sala de aula, aos hábitos familiares e às características individuais do Transtorno do Espectro Autista. Afirmo também que, uma contribuição desta pesquisa foi a possibilidade da criação de um protocolo de avaliação do desenvolvimento musical/geral de crianças com autismo em grau leve, a partir das categorias apontadas pelo júri.

Magalhães (2014), aborda a questão do desenvolvimento musical e a interação de alunos surdos, ela analisou, o desenvolvimento musical e a interação de quatro alunos surdos em aulas de música na perspectiva inclusiva.

Sua pesquisa de campo foi realizada no período de maio a dezembro de 2011 em uma escola pública regular de ensino, em um município do Estado do Rio de Janeiro. Essa escola foi inaugurada em 2004 para ser referência na educação inclusiva neste município, com ênfase no ensino de alunos com surdez, nessa escola os alunos surdos estudam em salas separadas das dos ouvintes. A turma de aula de música foi formada exclusivamente para esta pesquisa com alunos surdos e ouvintes, os quais cursavam o primeiro ano do ensino fundamental.

A autora afirma que, nesta fase da pesquisa foram pensadas questões relacionadas às práticas musicais e à adaptação do material pedagógico para proporcionar uma aprendizagem significativa para os dois grupos (surdos e ouvintes).

Magalhães (2014) em sua pesquisa, realiza discussões de pontos pertinentes a relação da saúde com a educação, educação inclusiva e os desafios enfrentados no processo de ensino aprendizagem desses alunos. Analisando os dados da sua pesquisa, a autora afirma que houve uma aprendizagem musical satisfatória, respeitando o tempo e os limites de cada aluno, e com o passar das aulas o convívio entre os alunos surdos e ouvintes se estabeleceu de forma positiva, com os dois grupos interagindo.

Abordando a mesma temática, Bogaerts (2013) em sua pesquisa intitulada, Educação musical na diversidade: um estudo de caso com alunos surdos e ouvintes em uma escola regular de ensino, afirma que sua pesquisa refletiu a realidade dos surdos e como estas pessoas podem se relacionar com a música. Para isso, a autora ofereceu aulas de música a uma turma constituída dentro da perspectiva inclusiva, ou seja, na mesma sala de aula tinham crianças surdas e ouvintes. As aulas de música foram desenvolvidas em uma escola regular de ensino da rede pública, de maio a novembro de 2011, com uma turma composta por nove crianças surdas e seis ouvintes, todas do primeiro ano do Ensino Fundamental.

Sua pesquisa buscava responder os seguintes questionamentos, como ocorreu o processo de ensino aprendizagem, quais foram os desafios vivenciados pelas pesquisadoras, pela escola e pelas famílias das crianças surdas, como ocorreu a interação das crianças nas aulas de música e como a escola onde a pesquisa foi desenvolvida se posiciona diante dos princípios inclusivos.

Bogaert (2013) afirma então que, durante a sua pesquisa de campo, foi possível observar como a música e as atividades musicais desenvolvidas durante as aulas, promoveram a interação entre as crianças. A autora também afirma que procurou trazer reflexões sobre a realidade dos surdos, as dificuldades em definir a opção linguística e a forma de educação adotada para estas pessoas. Além de também, discutir como a forma de comunicação escolhida está relacionada com a maneira como o surdo se vê e se coloca perante a sociedade ouvinte.

Lima (2012) traz uma discussão sobre a música e a invocação, e em sua pesquisa ele acompanha uma oficina terapêutica com crianças com transtornos de desenvolvimento. O autor afirma que o objetivo desta pesquisa é o de estabelecer algumas hipóteses sobre a compreensão que a atenção à dimensão da musicalidade pode fornecer sobre esses casos, bem como que tipo de contribuição é capaz de proporcionar em termos de tratamento.

O autor afirma que diversas pesquisas constataram que há, na primeira infância, uma relação do bebê com o outro, cuidador, da qual é possível depreender certas qualidades musicais.

Lima (2012) relata que os resultados obtidos na pesquisa se alinham com os de outras pesquisas que mostram que a sensibilidade ao manê e à musicalidade está preservada em casos de autismo. E que os efeitos que a dimensão de surpresa envolvida na música produz em diferentes crianças, apresentaram uma aproximação possível com as hipóteses diagnósticas e com a orientação da intervenção no tratamento desses casos.

Albuquerque (2013) aborda a educação musical e inclusão relatando a experiência do Programa Cordas da Amazônia, e relata que sua pesquisa teve como objetivo, compreender a dinâmica de inclusão de alunos com Transtornos do Desenvolvimento e Dificuldades de Aprendizagem na Educação Musical do Programa Cordas da Amazônia (PCA) da Escola de Música da Universidade Federal do Pará – EMUFPA, assim como descrever o processo de inclusão deste Programa e conhecer o tipo de inclusão desenvolvida no mesmo.

Sua pesquisa foi fundamentada com pressupostos teóricos sobre inclusão, educação musical, educação musical inclusiva, Transtornos do Desenvolvimento Humano e Dificuldades de Aprendizagem. A autora realizou uma revisão sistemática sobre os pesquisadores que já publicaram sobre o Programa Cordas da Amazônia assim como os dispositivos legais brasileiros e internacionais sobre inclusão e garantia de direitos das pessoas com necessidades educacionais especiais.

Albuquerque (2013) realizou sua pesquisa com uma abordagem qualitativa e um estudo descritivo e os dados foram coletados através de levantamento bibliográfico, documental e foram realizadas entrevistas semiestruturadas com: o coordenador do PCA, um técnico e um aluno selecionado a partir de critérios estabelecidos. Os resultados foram computadorizados, organizados e descritos em forma de quadros para análise descritiva.

A autora relata que os resultados mostraram que as etapas que os alunos passam, garantem o acesso de todos à educação, conforme predispõe a legislação. O PCA promove educação musical inclusiva com alunos com diagnóstico de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, de Autismo, Síndrome de Down, Dislexia e Dificuldades de Aprendizagem.

Uma outra abordagem de pesquisa em educação especial traz crianças cegas como o foco norteador. Este trabalho é o de Quintanilha (2013), em sua dissertação ele traz uma proposta de oficina de música para alunos com deficiência visual. O autor afirma que seu trabalho tem como objetivo descrever os procedimentos didáticos realizados na oficina e, ainda, analisar e criticar os dados coletados, a partir de um entendimento pós-moderno de educação, visando construir subsídios para o ensino de música na diversidade, oferecendo uma proposta dinâmica a educadores que desejam trabalhar com construção de instrumentos musicais em práticas inclusivas.

A partir desses focos, o autor coleta os dados e estabelece uma triangulação entre três eixos: as entrevistas com os alunos, com a professora da instituição, e o seu olhar como pesquisador imerso no contexto, na figura de professor de música da oficina, tudo documentado pelas anotações de campo e algumas gravações de áudio de realizações musicais.

Quintanilha (2013) afirma que, obteve como resultado, a construção dos instrumentos musicais realizados pelos alunos, e ferramentas adaptadas para a situação. O trabalho para ele ganhou uma ampliação de público, pois dentro da diversidade, as especificidades dialogam com a coletividade, logo, muitos dos procedimentos descritos podem ser adaptados, ou não, em outros contextos na educação musical especial. O autor afirma também que o trabalho apontou para novos contextos onde há possibilidades da utilização de seus procedimentos, a citar: pessoas idosas, surdas, entre outras.

Para finalizar Quintanilha (2013) afirma que a deficiência deixa de ser o foco e passa a ser entendida como uma característica do aluno a ser contemplada dentro do

conceito da inclusão. O aluno, um ser humano singular, passa a ser visto como, potencialmente, autor de riquíssimas contribuições para o processo pedagógico

Quadro 07: Teses

Ano	Nome do autor	Título do trabalho
2018	Claudia Eboli Corrêa dos Santos	A música como ferramenta de desenvolvimento para crianças autistas: um estudo na interface da musicoterapia com a educação musical à luz dos conceitos de Vigotski.
2009	Regina Finck	Ensinando música ao aluno surdo: perspectivas para a ação pedagógica inclusiva.

Fonte: Oliveira (2019).

Santos (2018) em sua tese, aborda a questão da música como ferramenta de desenvolvimento para crianças autistas. A autora discorre sua pesquisa a partir da seguinte questão central: a prática musical coletiva pode ser apontada como fator que impulsiona o surgimento das funções psicológicas superiores nos indivíduos autistas?, a partir disto ela buscou investigar como se dá a gênese de tais funções em crianças autistas, a partir de processos interativos musicais e a importância do desenvolvimento dessas funções na constituição da subjetividade em tais crianças.

Para tanto a mesma, criou o projeto de extensão, desenvolvimento de habilidades musicais em crianças autistas, realizado durante o período de outubro de 2014 a dezembro de 2015. Neste, vinte crianças autistas entre 6 e 14 anos constituíram o campo empírico da pesquisa, situada na interface da musicoterapia com a educação musical. Essas crianças foram distribuídas em seis grupos que participaram, cada um deles, de uma sessão musical semanal (ao todo 29 sessões). Dentre os participantes, cinco foram incluídos em um estudo de casos múltiplos.

Santos (2018) adotou em sua pesquisa a abordagem qualitativa, tendo como referencial teórico a teoria histórico cultural de L. S. Vigotski (2001a, 2001b, 2003, 2010, 2012, 2014). A autora utilizou também, como instrumento principal de coleta de dados a videografia e como auxiliares a ficha de identificação de habilidades musicais e um questionário aplicado aos responsáveis das crianças ao final do projeto para verificar sua percepção sobre o impacto das ações do projeto no dia a dia das crianças em três áreas específicas: musicalidade, comunicação e interação social. A autora analisou os dados colhidos com a videografia, por meio da metodologia de análise microgenética e estudou cada um dos cinco casos como uma unidade, sendo os resultados da análise de cada caso triangulados para uma conclusão final.

Santos (2018) afirma que os resultados finais da sua pesquisa, apontam para uma adequabilidade da metodologia de análise microgenética, para o estudo de minúcias que indiquem o início da formação de funções superiores das crianças autistas, sujeitos da pesquisa, no contexto de interação musical. Ela afirma também que, os dados colhidos nas fichas de identificação das habilidades musicais dos sujeitos, possibilitaram a representação gráfica do movimento de sua musicalidade. Com a triangulação de todos os resultados, a mesma observou que houve o desenvolvimento de funções psicológicas importantes nas crianças autistas, sujeitos da pesquisa, na constituição de sua subjetividade, demonstrada especificamente nas áreas de interação, comunicação e musicalidade. Através de sua pesquisa Santos (2018) ressalta que foi possível demonstrar, também, a importância de um ambiente musicalizador, com a mediação de um outro mais capaz na zona de desenvolvimento proximal das crianças autistas, para impulsionar o seu desenvolvimento global. E reitera que, as respostas dos responsáveis das crianças ao questionário final corroboram os resultados da pesquisa.

Finck (2009) também trata em sua pesquisa da educação musical, porém, voltada para o ensino de alunos surdos, através de uma perspectiva para a ação pedagógica inclusiva. A autora afirma que em sua pesquisa ela se propõe a investigar a partir de uma abordagem qualitativa, como se dá o processo de aprendizagem musical

de alunos surdos no contexto inclusivo, com vistas a sistematizar uma base para a educação musical com esses alunos junto à escola regular.

Sua pesquisa foi desenvolvida em duas fases principais. A primeira fase, foi de caráter exploratório e ocorreu no segundo semestre de 2007 e primeiro semestre de 2008, esta envolveu aspectos relativos ao universo escolar. Nesta fase a autora realizou observações, entrevistas com professores, diretores e outros profissionais que atuam com alunos surdos, buscando elementos que pudessem traduzir o que estes profissionais pensam sobre a inserção da música para alunos surdos na escola inclusiva e, ao mesmo tempo, verificou como as unidades escolares estavam adaptando-se às políticas governamentais de inclusão.

Na segunda fase, a autora se estruturou dentro do princípio da pesquisa-ação, esta envolveu a aplicação das seguintes atividades práticas: projeto piloto e oficina sons em movimento, as quais ocorreram durante o ano de 2008. A autora realizou o projeto piloto com o apoio de duas estagiárias, em uma unidade da Rede Municipal de Educação de Florianópolis e envolveu uma turma de quinta série, com trinta e cinco alunos, sendo duas surdas. Neste projeto Finck (2009) verificou questões relacionadas às práticas musicais, adaptação de material e recursos pedagógicos, buscando proporcionar aprendizagem musical significativa. Já a oficina sons em movimento foi realizada no segundo semestre de 2008, tendo como base as atividades do projeto piloto, porém em contexto diferente, pois eram com um grupo menor de dez crianças, sendo quatro delas surdas, e apresentava também um interprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, duas bolsistas e a pesquisadora, atuando como ministrantes dos trabalhos.

Finck (2009) afirma que a análise dos dados coletados na primeira e segunda fases demonstra que a inserção de alunos surdos na escola e as ações inclusivas, ainda não satisfazem plenamente as necessidades educacionais destas crianças. Todavia a mesma ressalta que, a descrição das atividades práticas contribui para ampliar as discussões sobre aprendizagens musicais das crianças surdas e como elas se relacionam com os conteúdos musicais. A autora verificou também que, a partir da criação e da utilização de materiais adaptados e de recursos pedagógicos foi possível

constatar aprendizagens musicais significativas, o que evidencia a possibilidade da estruturação de elementos de ação musical direcionada para crianças surdas em contexto inclusivo.

Trazemos também produções em forma de artigos que são ou resultantes de pesquisas em nível de mestrado ou doutorado, ou ainda de pesquisas realizadas por grupos de estudos e pesquisas que constituem o Diretório do CNPq. O Quadro 08 apresenta o extrato dessas produções.

Quadro 08: Artigos

Ano	Nome do autor	Título do trabalho
2010?	Paulo Roberto de Oliveira Coutinho	A educação musical no processo de reabilitação do deficiente visual
2014	Hendy Anna Oliveira Gomes	Autismo e educação musical
2018	Daniele Pincolini Pendeza e Iara Cadore Dallabrida	Relações entre educação musical e transtorno do espectro autista no cenário brasileiro

Fonte: Oliveira (2019).

Coutinho (2010?) afirma que sua pesquisa tem como foco a aplicação do ensino de música no processo de reabilitação do deficiente visual no Instituto Benjamin Constant. Durante sua pesquisa ele ensinou música para deficientes visuais que perderam ou estão perdendo a visão na fase adulta. O autor relata que foi possível perceber melhor suas angústias, ansiedades e dificuldades atribuídas à perda da visão de forma repentina.

O autor buscou como objetivo de sua pesquisa relatar, de forma investigativa, suas estratégias propostas nas aulas de violão em grupo e nas aulas de musicalização, e como essas estratégias podem influenciar o aprendizado musical e a vida social desses reabilitandos. O mesmo afirma que a metodologia aplicada em sua pesquisa se aproxima da proposta da pedagogia liberal renovada não diretiva, uma das linhas pedagógicas apontadas por Libâneo, que trata justamente de um relacionamento entre professor/aluno, no qual o professor é um agente facilitador e mediador de todo o processo.

Coutinho (2010?) dialoga com alguns autores da área da psicologia e da educação musical, para apreender e investigar o processo ensino-aprendizagem desses alunos. O autor afirma que obteve como resultados, uma maior procura das aulas de música pelos alunos, o interesse pela utilização do violão como uma atividade de lazer fora das aulas, e o mesmo ressalta que essa informação, demonstra uma estreita relação de bem-estar que foi gerada em alguns alunos, por intermédio do instrumento, com relação à música. O autor afirma também que a maneira de se expressar e se comunicar, pela música, nas aulas e nas apresentações evoluiu de maneira significativa e através disso surgiu um sentimento de superação e busca da autoestima.

Gomes (2014) aborda em sua pesquisa um panorama diferente da educação musical, ele discorre visando a perspectiva do desenvolvimento de crianças autistas. Seu objetivo é investigar, por meio do estudo de livros dedicados ao tema, os processos de aprendizagem e desenvolvimento, sobretudo no que tange à música, de crianças com Transtorno do Espectro do Autismo.

Em sua pesquisa Gomes (2014) destaca mecanismos de interação e relações de avanço cognitivo, psicomotor e afetivo, possibilitados por meio da Educação musical. O mesmo esclarece-se também a diferença entre Educação Musical e Musicoterapia.

Como resultados da sua pesquisa, o autor conclui que a música é fundamental, sobretudo, pela sua função socializadora que contribui no desenvolvimento e formação integral do indivíduo. E afirma que além disso, ela possibilita o despertar de habilidades e condutas nas crianças, levando-as a sentir-se sensibilizadas pela música, valendo-se da criação e da livre expressão.

Pendeza e Dallabrida (2018) em sua pesquisa, busca compreender as relações entre educação musical e transtorno do espectro autista no cenário brasileiro. Para tanto, as autoras apresentam um recorte de pesquisa que procurou investigar as relações entre o campo de estudo da Educação Musical e do Transtorno do Espectro Autista (TEA), a partir de uma pesquisa bibliográfica realizada nos portais da ABEM, ANPPOM, CAPES, SCIELO, SIMCAM e SIMPOM.

Para essa pesquisa, as autoras consideraram as publicações dos anos de 2005 a 2015, que indicassem relações entre as duas áreas, e após isto as publicações foram mapeadas e analisadas por meio da análise textual discursiva. Outra técnica utilizada pelas autoras foi a entrevista, as mesmas realizaram um questionário com 10 perguntas fechadas, com 10 educadores musicais, licenciados em Música e professores de pessoas com TEA.

Por meio desta pesquisa, Pendeza e Dallabrida (2018) obtiveram como resultado que, a díade educação musical e TEA necessita de maior atenção por parte da comunidade acadêmica, com relação à pesquisa e à formação musical e pedagógico-musical para os docentes que irão trabalhar junto às pessoas com TEA, pois, elas ressaltam que os professores se sentem insuficientes no trabalho com esses indivíduos, carecendo de materiais de referência e estratégias pedagógicas adequadas para serem usadas nas aulas de educação musical.

SEÇÃO III – REVISÃO DA LITERATURA COMO PONTO DE PARTIDA

3.1 – Conhecendo o Transtorno do Espectro Autista (TEA)

O Transtorno do Espectro Autista foi descrito pela primeira vez, em 1943, pelo Dr. Leo Kanner (psiquiatra infantil), no seu histórico artigo escrito originalmente em inglês, “Distúrbios Autísticos do Contacto Afectivo”, neste ele observa e descreve o caso de onze crianças que demonstravam comportamento diferenciado, onde preferiam o isolamento extremo e a manutenção da rotina. Kanner observando essas crianças notou que elas respondiam de maneira diferente ao que era comum a outras crianças. Ao final ele caracteriza o quadro como autismo extremo, em que as crianças possuíam resistência a mudança na rotina, movimentos estereotipados, falta de habilidade em se comunicar e tendência a ecolalia.

Mais tarde em 1944, Hans Asperger, escreve outro artigo com o título “Psicopatologia Autística na Infância”, descrevendo crianças bastante semelhantes às descritas por Kanner. Observando o comportamento delas ele notou que estas características e padrões de comportamento ocorriam em maior número nos meninos.

Em 1952, a Associação Americana de Psiquiatria lança a primeira edição do Manual Diagnóstico e Estatísticos de Doenças Mentais (DSM 1), este manual servia para diagnosticar os transtornos mentais. Nessa edição os sintomas do autismo foram classificados, no subgrupo da esquizofrenia infantil, não classificando então, o autismo com um diagnóstico separado.

Dessa forma sucessivos estudos foram realizados até que em 1994 foi criado o DSM 4, neste, são adotados novos critérios para o autismo. Em conformidade com esse manual, assim como a Classificação Internacional de Doenças (CID 10) o autismo é considerado como um transtorno de desenvolvimento.

Em 2013 é criado o DSM 5, este traz mudanças nos critérios de diagnósticos do autismo, nele são eliminados os subtipos. Fazendo essa mudança os indivíduos passam a ser diagnosticados em um único espectro com diferentes níveis de gravidade.

A partir desta quinta edição do DSM todas as subcategorias passam a ser categorizadas em um único diagnóstico, Transtorno do Espectro Autista (TEA)

No Brasil, a Política Nacional de Educação Especial, no que tange a educação inclusiva, decretada em 2008, reafirma o direito de todos os alunos a frequentarem o sistema regular de ensino. Essa política é baseada em documentos internacionais, como a declaração de Salamanca (1994), e tem como objetivo orientar os sistemas de ensino quanto a inclusão de alunos com deficiência.

Ao abordarmos o tema educação especial, os indivíduos autistas eram denominados sob a expressão genérica “condutas típicas”, e a Política Nacional de Educação Especial define as condutas típicas como sendo:

Manifestações de comportamento típicas de portadores de síndromes e quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos que ocasionam atrasos no desenvolvimento e prejuízos no relacionamento social, em grau que requeira atendimento educacional especializado (Brasil, 1994, p.12).

Ao analisarmos esse documento é possível perceber que o termo “condutas típicas” é bem amplo, entre as definições, nota-se que algumas assemelham-se ao autismo, todavia não o define.

Atualmente a Política Pública no Brasil que aborda mais especificamente o autismo, é a Lei Berenice Piana 12.764/12 que garante a pessoas que portam essa deficiência seus direitos a tratamentos especializados e obriga o Estado e instituições privadas a oferecer acesso à educação e ao trabalho.

3.2 – Música: Algumas definições

A música está presente no nosso cotidiano, e é um fator preponderante na formação do indivíduo, agindo nas suas ideias, imaginações, desejos e invenções. Possibilita também um caráter crítico, pois, quando se experimenta as manifestações artístico-musicais, surgem novas propostas de criação, onde o mesmo pode experimentar e intervir em seu meio, relacionando assim suas vivências com arte musical. Segundo Brito (2003, p.14) “a música é uma linguagem que organiza intencionalmente os signos sonoros, o silêncio, no contínuo espaço-tempo e se faz

presente num jogo dinâmico de relações que simbolizam, em microestruturas sonoras, a macroestrutura do universo”.

Acima de tudo, a música deve estimular o indivíduo, aceitando a afirmação de que todos podem ser incluídos nesta filosofia. Estando assim muito distante da concepção europeia do século passado onde eles acreditavam que os “talentos naturais” deveriam ser selecionados para o estudo da música. Hoje, é necessário lembrar que a música é linguagem cujo conhecimento se constrói com base em vivências e reflexões orientadas, sabemos também que a música é considerada uma linguagem universal, pois mesmo em idiomas diferentes, a melodia, o ritmo, podem nos tocar profundamente. Brito (2003, p. 52) entende que para:

A grande maioria das pessoas, incluindo educadores e educadoras (especializadas ou não), a música é entendida como “algo pronto”, cabendo a nós a tarefa máxima de interpretá-la. Ensinar música, a partir dessa óptica, significa ensinar a reproduzir e interpretar músicas, desconsiderando a possibilidade de experimentar, improvisar, inventar como ferramenta pedagógica de fundamental importância no processo de construção do conhecimento musical.

Nota-se então que a música é de grande significância para cada sujeito, tendo em vista que, ela se alia à experiência vivida, ao passado e ao presente. Podemos então afirmar que os significados da música são reproduzidos nas relações, arquitetados e correspondem com o que é vivido. Desde as últimas décadas, o ensino da linguagem musical vem sendo objeto de reflexão contínua, no sentido de tornar compreensível uma linguagem tão abstrata como é a música.

As canções são poemas que “cantam” a natureza na sua grande diversidade e as pessoas com os seus sentimentos, fantasias e ritos, ora despertando ora excitando (...) uma canção, interpretada em diferentes fases de crescimento do indivíduo faz-lhe despertar diferentes vibrações, quer físicas, quer mentais, quer psicológicas (Torres, 1998, p. 14).

3.3 – A música no contexto escolar: O que dizem os documentos curriculares

A legislação em vigor sobre arte/educação, contexto no qual vislumbramos a música, se materializa na Constituição Federal de 1988, onde a mesma tem como um

de seus princípios, expresso no Art. 206 a seguinte assertiva: II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber. Podemos nos basear também, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96, que afirma em seu Art. 26, §2º. O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório da educação básica. Temos também os Parâmetros Curriculares Nacionais de Arte que, abordam a música em suas dimensões e objetivos de uma forma muito detalhada, que exalta os benefícios para a formação do humano. Além desses, algumas resoluções, pareceres e projetos de Lei também constituem as bases legais da arte como parte integrante do currículo da educação básica.

É importante salientar que, em 2008 é sancionada a Lei nº 11.769 que alterava a LDB nº 9.394/96 e tornava obrigatório o ensino de música nas etapas da educação básica, a mesma não obrigava o ensino em todos os anos, mas ela deveria estar em todas as etapas. Essa lei tratava da música como algo específico e não dentro da concepção “Arte”, onde até aquele momento ela era abordada. Todavia em 2016 o então presidente Michel Temer traz uma Medida Provisória nº 746/2016 retirando o ensino da música como componente curricular obrigatório no percurso de todas as etapas da educação básica, passando a ser obrigatória somente no ensino infantil e fundamental. E ela passa a integrar novamente a categoria “Arte” deixando de ser um componente curricular separado. Esta medida provisória foi sancionada em 2017, alterando mais uma vez a LDB em março deste mesmo ano.

Visando ainda a discussão sobre as bases legais que cercam o ensino da arte na Educação Básica, vemos que os Parâmetros Curriculares Nacionais de arte (2000) reafirmam a importância do ensino de arte. De acordo com este documento:

A educação em arte propicia o desenvolvimento do pensamento artístico, que caracteriza um modo particular de dar sentido às experiências das pessoas: por meio dele, o aluno amplia a sensibilidade, a percepção, a reflexão e a imaginação. Aprender arte envolve, basicamente, fazer trabalhos artísticos, apreciar e refletir sobre eles. Envolve, também, conhecer, apreciar e refletir sobre as formas da natureza e sobre as produções artísticas individuais e coletivas de distintas culturas e épocas (p.11).

Em 2013 houve uma ampla discussão e constituição de uma comissão designada por meio da Portaria CNE/CEB nº 1/2013, de 30 de janeiro de 2013 para realizar estudos sobre o ensino da música nos currículos da Educação Básica, as mesmas promoveram os seguintes eventos: Simpósio sobre o ensino da música na Educação Básica; As audiências públicas com a presença de vários representantes de Universidades Federais do país; E reuniões técnicas que resultaram em documentos produzidos por especialistas que atuam na área da música. Por ocasião das reuniões técnicas e das colaborações dos representantes, foi realizado um quadro sinótico do desenvolvimento histórico da Educação Musical no Brasil. Consideramos interessante trazer neste estudo este quadro.

Quadro 9. Quadro Sinótico da História da Educação Musical no Brasil - 1850 a 2013

1850 a 1889	Primeiras definições da legislação educacional brasileira – Decreto nº 1.331, de 1854.
1890 a 1929	Primeiras aparições da Música no Brasil republicano – Decreto nº 981 de 1890
1930 a 1960	Canto orfeônico nas escolas brasileiras – Decretos nº 19.890 de 18 de abril de 1931; nº 24.794 de 14 de julho de 1934; nº 4.993 de 26 de novembro de 1942.
1961 a 1970	Lei de Diretrizes e Bases traz novas definições para a educação nacional – Lei nº 4.024/61.
1971 a 1980	Educação Artística como atividade e disciplina obrigatória no ensino de 1º e 2º graus – Lei nº 5.692/71.
1981 a 2000	Surgimento da pós-graduação em Música no Brasil e Associações de Pesquisa em Educação Musical: ANPPOM e ABEM.
2001 a 2013	Definição das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de

	Licenciatura em Música. Aprovada a Lei nº 11.769/2008 sobre a obrigatoriedade da música nas escolas de Educação Básica.
--	---

Fonte: Bezerra e Pacífico (2018).

SEÇÃO IV – MÚSICA NO APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA PESSOA AUTISTA: O QUE DIZ A LITERATURA ATUAL?

4.1 – Os Artigos Científicos de Revistas Qualis A1, A2, B1 e B2

Podemos analisar frente as pesquisas realizadas que foram encontradas poucas pesquisas ainda na área. Isto é um dado alarmante pois as revistas de Qualis A1, A2, B1 e B2 são os maiores veículos de informações científicas de ponta, segundo os critérios da CAPES. Houve algumas publicações que não puderam ser lidas ou encontradas por problemas no site, ou por não estarem disponíveis para download.

De maneira geral, os artigos revelaram discussões promissoras e norteadoras. No entanto, deve-se atentar para o fato de que o baixo número de produções, em um universo de artigos das revistas, revelou a necessidade de maior divulgação das pesquisas, melhor delineamento de seus métodos e a inclusão dos anais não presentes nos sites.

4.2 – Os Resumos expandidos de Eventos Qualificados:

4.2.1 – Anped

Notou-se nas buscas por trabalhos na Anped poucas publicações na área do autismo. Na realidade como já abordamos anteriormente foi encontrado apenas um trabalho abordando o tema. O mesmo, foi achado dentro do GT 15 de Educação Especial, onde espera-se encontrar mais publicações na área, todavia, não foi este o resultado.

4.2.2 – Anped Norte

Foram analisadas as publicações das duas edições da Anped Norte, e nas mesmas foram encontrados apenas três trabalhos. Nestes nós encontramos pesquisas sobre educação musical, políticas educacionais para pessoas com deficiência e autismo, todas em viés separados. Embora essas pesquisas sejam também muito relevantes, é importante aprofundar-se mais na temática do autismo. Pois é possível

perceber que tanto a Anped, quanto a Anped Norte não possuem muitas pesquisas voltadas para esta área.

4.2.3 – Educere

Na Educere foi o local onde encontramos mais pesquisas relacionadas ao autismo, das sete publicações todas abordavam o autismo em diferentes aspectos, porém nenhuma relacionando a educação musical ao autismo. E embora saiba-se que a educação musical relacionada ao autismo seja muito relevante. Ainda não há muitas publicações na área.

4.2.4 - Fórum Internacional de Pedagogia (FIPED)

No FIPED foram encontrados apenas dois artigos que abordavam música e pessoas com deficiência de maneira separada. Mais uma vez, ressalta-se que há poucas publicações sobre autismo, e que a mesma deve ser mais explorada.

4.3 – Dissertações e Teses de Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu

Nas buscas realizadas lançando como palavras-chave: Musica e autismo; Educação Musical e autismo; e Musica no tratamento do autismo. Foram encontrados três artigos, sete dissertações e duas teses.

Todos estes abordavam o autismo e a educação musical de alguma forma e até mesmo associadas. Encontramos também pesquisas relacionando a educação musical ao tratamento de pessoas surdas e com deficiência visual.

Estes trabalhos foram muito relevantes para esta pesquisa. Visto que, foi por meio destes que foi possível aprofundarmos melhor no tema educação musical e autismo. Já que, nos outros locais de buscas não encontramos muitos trabalhos envolvendo esta temática. Por meio destas dissertações, teses e artigos, podemos compreender quais são as contribuições da educação musical, para pessoas autistas.

É importante salientar que delimitamos o tempo de pesquisa de 2014 a 2018, todavia foi difícil encontrarmos pesquisas nessa delimitação de tempo, visto que, em

2013 houve um crescimento das publicações sobre TEA, fator este comumente associado a implementação da Lei Berenice Piana nº 12.764/12. E a partir de 2014 as pesquisas diminuíram significativamente.

CONCLUSÃO

Os dados levantados revelam a necessidade de serem realizadas mais pesquisas sobre o autismo. Pois, notamos que esta ainda é uma área pouco explorada pelos pesquisadores, talvez por ser uma deficiência pouco conhecida, já que foi somente em 2013, com a criação do DSM 5, que indivíduos autistas passaram a ser diagnosticados em um único espectro com diferentes níveis de gravidade, que é o Transtorno do Espectro Autista.

Por meio desta pesquisa, foi possível observar que a música tem um poder incontestável sobre a mente, e é hoje muito utilizada como técnica de relaxamento por parte de muitos profissionais, como é o caso dos musicoterapeutas. Na Revista Brasileira de Musicoterapia, a qual é referência na área, tivemos a possibilidade de constatar isto. Algumas autoras que abordam a questão da musicoterapia são Patrícia Fernandes (2016) e Cleonice Bosa (2006), sendo que esta última aborda mais os tratamentos psicoeducacionais como um todo.

A música tem um grande impacto, tanto na educação dos indivíduos em geral, quanto na educação das pessoas com necessidades educacionais especiais (NEE), visto que, o organismo humano é suscetível de ser educado de maneira eficaz, conforme a ordem e o impulso da música. Sendo assim, a música tende a ser também, muito apreciada pelos indivíduos com Autismo. Por meio da análise das pesquisas, podemos constatar que a música permite que o sujeito com TEA possa conectar-se com as suas emoções de uma forma imediata e autêntica, atravessando as barreiras que os impedem de comunicar e expressar seus sentimentos.

Portanto, constata-se que, apesar das poucas pesquisas na área, foi possível compreender quais são as contribuições da educação musical para o desenvolvimento de pessoas autistas. A hipótese deste trabalho foi confirmada. A música, dentre muitos

benefícios tem como principal, a melhora da aquisição da fala, e dos relacionamentos sociais das pessoas autistas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, T. C. F. **Educação Musical e Inclusão**: a experiência do Programa Cordas da Amazônia. 2013. 104f. Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

ALMEIDA, D. T.; CAMPOS, A. M. C. P. Educador-terapeuta – os benefícios do olhar do especialista em musicoterapia na educação musical. **Revista Brasileira De Musicoterapia**. Curitiba, v. 15, n. 15, p. 43-55, 2013

ALMEIDA, S. A.; CAMPOS, P. H. F. **As representações sociais de equipe multidisciplinar sobre alunos com transtorno do espectro autista em tempos de inclusão educacional**. In: Educere, 7., 2015, Paraná, Anais, Paraná. PUCPR. 2015. p. 9261.

ALVES, A. C. S.; SILVA, J. S. **Revirando a história da pessoa com deficiência**. In: Fórum Internacional de Pedagogia, 8., 2016, Imperatriz, Anais, Imperatriz. Ethos. 2016. p. 413.

ANJOS, H. P. Pesquisa-formação e história de vida: entretecendo possibilidades em educação inclusiva, **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 62, p.619 – 633, 2015

ANJOS, H. P. **Políticas educacionais relativas à deficiência: repercussões locais**, In: Reunião Científica ANPEd Norte, 1., 2016, Belém. Anais, Belém, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. 2016. p. 868.

AZEVEDO, B. W. et al. **A inclusão escolar de crianças autistas e psicóticas**. In: Educere, 7., 2015, Paraná, Anais, Paraná. PUCPR. 2015. p. 30928.

BALBINO, E. S. et al. **A formação inicial do professor frente à inclusão e à aprendizagem das crianças com autismo: primeiras aproximações**, In: Educere, 7., 2015, Paraná, Anais, Paraná. PUCPR. 2015. p. 1236.

BEINEKE, V.; ZANETTA, C. C. “Ou isto ou Aquilo”: a Composição na Educação Musical para Crianças. **Musica Hodie**, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 197 – 210, 2014.

BENTES, J. A.O.; SOUZA, S. C. P. **Narrativas de mães sobre o autismo**, In: Reunião Científica ANPEd Norte, 1., 2016, Belém. Anais, Belém, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. 2016. p. 2243.

BEZERRA, E. C. F.; PACÍFICO, J. M. **Educação musical nas práticas pedagógicas de professoras da educação infantil**, In: Reunião Científica ANPEd Norte, 2., 2018, Rio Branco. Anais, Rio Branco, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. 2018. p. 3244

BEZERRA, G. F. A inclusão escolar de alunos com deficiência: uma leitura baseada em Pierre Bourdieu, **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 69, p. 475 – 496, 2017.

BOGAERTS, J. **Educação musical na diversidade**: um estudo de caso com alunos surdos e ouvintes em uma escola regular de ensino. 2013. 198f. Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade Federal do Rio Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. Investigação qualitativa em educação. Portugal: Porto Editora 1999.

BRASIL. Constituição da República Federativa de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1988.

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. **UNESCO**, Brasília, 1994.

BRASIL. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Ministério da Educação**, Brasília, 1996.

BRASIL. Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. **Diário Oficial da União**, Brasília, 27 dez. 2012.

BRASIL. Lei 11.769 de 18 de agosto de 2008. Dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 ago. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. **MEC/SEESP**, Brasília, 1994.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais. **MEC**, Brasília, 2000.

BRANDALISE, A. Musicoterapia aplicada à pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA): uma revisão sistemática. **Revista Brasileira De Musicoterapia**. Curitiba, v. 15, n. 15, p. 28-37, 2013.

BRITO, T. A. **A música na educação infantil**: proposta para formação integral da criança. São Paulo: Peirópolis, 2003.

CIL, L. R.; GONÇALVES, T. G. G. L. Educação musical e educação especial na produção científica de dissertações e teses. **Musica Hodie**, Goiânia, v.18, n.2, p. 327- 342, 2018.

COUTINHO, P. R. O. A educação musical no processo de reabilitação do deficiente visual. **Nossos meios RBC**, Rio de Janeiro. ed 46, p. 1-7, 2010. Disponível em: <http://www.ibc.gov.br/images/conteudo/revistas/benjamin_constant/2010/edicao-46-agosto/Nossos_Meios_RBC_RevAgo2010_Artigo_3.doc>

COVER, M. **Apontamentos sobre a trajetória da Ledoc/Artes Visuais e Música – UFT/Tocantinópolis**. In: Fórum Internacional de Pedagogia, 8., 2016, Imperatriz, Anais, Imperatriz. Ethos. 2016. p. 560.

FERNANDES, P. R. S. Musicoterapia e perturbação do espectro do autismo. **Jorsen**, Portugal, v.16, n. 1, p. 725-730, 2016.

FIGUEIREDO, F. C. **A aprendizagem musical de estudantes com autismo por meio da improvisação**. 2016. 136f. Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

FINCK, R. **Ensinando Música ao Aluno Surdo**: Perspectiva para a ação pedagógica inclusiva. 2009. 235f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

GOMES, O. A. H. **Autismo e educação musical**. In: Associação Brasileira de Educação Musical, 9., 2014, Vitória, Anais, Vitória, Abem. 2014. p. 1-8.

GUARESHI, T.; ALVEZ, M. D.; NAUJORKS, M. I. Autismo e políticas públicas de inclusão no Brasil. **Jorsen**, Portugal, v. 16, n. 1, p. 246-250, 2016.

KUBASKI, C.; POZZOBON, F. M.; RODRIGUES, T. C. Investigando a qualidade da inclusão de alunos com autismo nos anos iniciais. In: Reunião Nacional da ANPEd, 37., 2015, Florianópolis, Anais, Florianópolis, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. 2015. p. 1-16

LEAL, C. E. G.; LUSTOSA, A. V. M. F. **O espectro autista e a inclusão escolar: um enfoque sobre a dimensão subjetiva.** In: Educere, 7., 2015, Paraná, Anais, Paraná. PUCPR. 2015. p. 4332.

LIMA, T. M. T. **Música e Invocação:** Uma oficina terapêutica com crianças com transtornos de desenvolvimento. 2012. 109f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

LIMA, R. F.; VANESSA, N. F. S. **Olhar docente sobre a relação entre comunicação e aprendizagem do sujeito com Transtorno do Espectro Autista (TEA).** In: Educere, 7., 2015, Paraná, Anais, Paraná. PUCPR. 2015. p. 20636.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU. 1986

MAGALHÃES, A. L. **O desenvolvimento musical e a interação de alunos surdos em uma escola regular de ensino:** um estudo de caso. 2014. 112f. Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

MARINHO, E. A. R.; MERKLE, V.L.B. **Um Olhar sobre o autismo e sua especificação.** In: Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. 9., 2009, Paraná, Anais, Paraná. PUCPR. 2009.

MESSINA, G. **Estudo sobre o estado da arte da pesquisa sobre a formação de professores nos anos noventa:** Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, México: Ciência e Cultura 1998. p. 1.

OLIVEIRA, G. C. **Desenvolvimento musical de crianças autistas em diferentes contextos de aprendizagem:** um estudo exploratório. 2015. 135f. Dissertação (Pós-Graduação em Música) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

PADILHA, M. C. P. **A musicoterapia no tratamento de crianças com perturbação do espectro do autismo.** 2008. 113f. Dissertação (Mestrado Integrado em Medicina) – Universidade da Beira Interior Faculdade de Ciências da Saúde, Beira Interior – Portugal, 2008.

PENDEZA, D. P.; DALLABRIDA, I. C. Relações entre educação musical e transtorno do espectro autista no cenário brasileiro. **Revista Educação, Artes e Inclusão**, Rio Grande do Sul, v. 14, n. 3, p. 111-133, 2018.

QUINTANILHA, J. C. **Uma proposta de oficina de música para alunos com deficiência visual**: Construção de instrumentos musicais e performance. 2013. 148f. Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

ROMANOWSKI, P. J.; ENS. R. T. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Diálogo Educ.** Curitiba, v.6, n.9, p. 37 – 50, 2006.

SANTOS, C. E. C. **A música como ferramenta de desenvolvimento para crianças autistas**: um estudo na interface da musicoterapia com a educação musical à luz dos conceitos de Vigotski. 2018. 246f. Tese (Doutorado em Música) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SEVERINO, A. T. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez. 1999

SILVESTRE, C. C.; VESTENA, C. L. B. **Levantamento de teses e dissertações publicadas sobre a temática do autismo, no período de 2009 a 2014 no brasil**. In: Educere, 7., 2015, Paraná, Anais, Paraná. PUCPR. 2015. p. 23847.

TORRES, R. M. **As canções tradicionais portuguesas no ensino da música – contribuição da metodologia de Zóltan Kodály**. Lisboa: Caminho Editora. 1998. p.14.

VIEIRA, G. L.; MATOS, M. A. S. **Políticas educacionais inclusivas para a criança com transtorno do espectro de autismo na educação infantil**. In: Educere, 7., 2015, Paraná, Anais, Paraná. PUCPR. 2015. p. 9822.

WOLFFENBÜTTEL, C. R. Música nas escolas públicas municipais do Rio Grande do Sul, **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 71, p. 1 – 19, 2017.